4. Caminhando para fazer o caminho

Quando anos atrás nos deparamos com o desafio de tentar compreender as transformações no espaço decorrentes da atuação das ONGs, não poderíamos supor o tanto de possibilidades e de questões que surgem cada vez que nos aproximamos mais do nosso objeto. Hoje, mesmo tendo explorado algumas dessas possibilidades, podemos dizer que muito ainda pode e deve ser analisado. Percebemos que através da sua atuação as ONGs constroem territórios próprios onde possuem o poder de controlar ou influenciar as relações que se estabelecem, levando à transformação dos espaços preexistentes. Partimos então em busca do que servia de base para essa atuação e qual a intencionalidade escondida por trás dos seus discursos.

Ao tentar ultrapassar a superficialidade dos discursos observamos que suas ações e projetos são contruídos a partir de diagnósticos das carencias enfrentadas pelas coletividades. Tomamos para isso o surgimento do neoliberalismo como um marco na mudança das relações sociais e que tiveram, conseqüentemente, repercussão no direcionamento político das ONGs. Portanto, podemos entender que essas carencias podem ser identificadas, entre outros fatores, como resultado de um Estado neoliberal que como representante da correlação de forças na sociedade não se ocupa em atender as necessidades da maioria da população. As ONGs partem então dessa perspectiva e avançam no sentido de tentar suprir essas necessidades e o fazem através de seus projetos de desenvolvimento local. Foi com base nessa observação que saímos em busca de identificar se *esses projetos de desenvolvimento, da maneira como costumam ser implementados, são capazes de atender as reais necessidades dessas coletividades. Mais ainda, podemos afirmar que a participação da população no processo de aplicação dos projetos é capaz de dissolver as diferenças de concepções de desenvolvimento entre as ONGs e as coletividades atendidas? Como fazer para que essas coletividades consigam ter mais autonomia neste processo?*

Para que possamos analisar estas questões devemos retomar de forma resumida algumas considerações que ao longo de todo o percurso guiaram nosso olhar e que serviram como base para as apreensões que obtivemos a partir deste

estudo. Sem essas observações não poderíamos compreender a complexidade do fenômeno ONG na sociedade atual.

Inicialmente procuramos entender como surgiram essas organizações, de que maneira se inseriam na sociedade e quais as relações que estabeleciam nas mais variadas escalas. Desse movimento inicial trouxemos a dimensão da sociedade civil para nosso debate. Se no nosso entendimento a sociedade civil é um conjunto heterogeneo constituído por organizações privadas que estão fora do escopo do Estado, mas que auxiliam na tarefa de dominação de classe, podemos dizer que as ONGs estão inseridas neste universo. E a diversidade de formas de pensamento e ação que engloba a sociedade civil, está também presente na construção das ONGs, o que nos impede de tentar contruir qualquer tipo de generalização sobre esse objeto. Mas ao analisar o conteúdo e as suas ações para o desenvolvimento local, entendemos que mesmo as ONGs que se colocam como alternativas à racionalidade dominante, aproximando suas propostas das visões do pensamento crítico contemporaneo, terminam reproduzindo a racionalidade hegemônica do desenvolvimento como crescimento. Temos aqui um dos primeiros pontos de encontro entre os nossos estudos anteriores e o presente ensaio.

Seguindo por esse caminho encontramos o problema do distanciamento e da separação que contuma-se fazer entre as diversas escalas existentes no todo social. A defesa das ONGs tem como um dos principais argumentos a sua proximidade de ação com a escala local, o que na sua visão permitiria construir projetos mais eficazes e mais proximos da realidade e das necessidades encontradas nesta escala. Contudo, ao negligenciar as relações entre o local, o interno, e as escalas com as quais se relaciona, o externo, caem no reducionismo da dimensão dos problemas a serem resolvidos. Fruto desse processo pode ser entendido como a ineficácia que os projetos de desenvolvimento tem tido quando da busca de melhoria qualitativa da vida das coletividades e da sociedade como um todo.

Retomaremos agora as críticas enunciadas por Brandão (2003) nas considerações iniciais, com as quais temos acordo mas que tentamos dialogar no decorrer de nossa análise. Brandão afirma que existe atualmente um conjunto de pesquisadores crenes da possibilidade de que a consolidação de um novo padrão

de desenvolvimento pode ser construído totalmente no âmbito local. O autor aponta que

esta “endogenia exagerada” das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos autores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem auto-controle sobre o seu destino, e procura promover sua *governança* virtuosa lugageira. Classes sociais, ação pública, hegemonia, etc seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado (BRANDÃO, 2003, p. 1).

Entendemos a preocupação de Brandão e sabemos que muitas vezes esse é exatamente isso que acontece quando as ONGs implementam seus projetos de desenvolvimento local. Contudo, ainda vemos no local um lugar de importância significativa para a criação de germes de resistência e de projetos alternativos à essa sociedade. Recentemente o que temos visto no debate sobre caminhos possíveis para a transformação social é a oposição do que Brandão classifica como “localistas” e os que, diversamente, acreditam que somente pode-se contruir uma alternativa se partirmos ao ataque à estrutura como uma todo, tomando todos os campos da vida social, considerados “globalistas”.

Para nós não se trata de buscar uma polaridade local x global, na qual de um lado temos os “globalistas” e de outro os “localistas”. Conferir predominância à escala global como esfera de ação política, considerando para isso a globalidade social contemporânea e retirando a importância do Estado frente à realidade política, econômica, social e cultural, parece resultar numa negligência para com o papel preponderante que o Estado assume ainda hoje diante da sociedade, administrando conflitos e mantendo a correlação de forças existente. E por mais que os pesquisadores que partilham dessa visão não ignorem completamente o papel do local na análise social, ainda assim a idéia de uma “cidadania global” deixa escapar a pluralidade de interesses sociais e identidades culturais existentes nesta escala. Por outro lado, focar a ação política na escala local também deixa algumas lacunas. Entendemos o clamor daqueles que reivindicam novas formas de agir político, mas este não se pode reduzir a uma visão romântica do local independente e autosuficiente e o de completo abandono ou mesmo irrelevância da dimensão do Estado, tomando como foco somente a ação política local, incorporada ou se opondo ao movimento do capital global (VAINER, 2002).

Decerto a essa altura pode parecer que pregamos uma defesa da centralidade da escala nacional como espaço político estratégico, contudo não é esse nosso objetivo. O que pretendemos nesta breve análise é enfatizar a necessidade de se pensar em uma simultaneidade de escalas, entendendo-as como “resultado de embates”, pois “qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (VAINER, 2002, p. 147). Pensar o local como lugar tático de resistência, de combate às determinações das escalas mais amplas, não significa ver no local o momento único, o espaço privilegiado de luta por transformação social. O local precisa ser visto mediante as assimetrias de poder que existem entre as mais variadas escalas. Mas, se é no local que vivenciamos os conflitos sociais, onde participamos da produção do espaço, onde lutamos, é também aqui onde podemos traçar projetos mais audaciosos.

Ao querer abordar uma perspectiva de transformação social que considere a multiescalaridade dos processos sociais, devemos compreender as limitações que qualquer conquista empreendida pelos movimentos populares de lutas possuem, uma vez que não existe a possibilidade de que qualquer coletividade ou indivíduo alcance autonomia no seio de uma sociedade heterônoma. O local portanto, não pode representar um espaço alternativo de sociedade, mas pode e deve, ser entendido como espaço onde as relações sociais, econômicas, culturais e políticas se concretizam, daí nossa defesa do local como arena de luta. Reconhecer no local uma possibilidade de construção de projetos alternativos significa poder ultrapassar o consentimento no qual as participações populares, os movimentos de luta e resistências se vêem muitas vezes submetidos por parte dos agentes dominantes. Realizar-se-á essa tarefa buscando melhorias tanto materiais quanto imateriais para as condições de vida de cada coletividade, criando espaços de educação política, de luta, e resistências que possam disputar o poder em jogo na sociedade e dar condições para diminuição do poder hegemônico.

Optamos por trazer essas críticas de Brandão somente agora, por entender que esse debate entre a relevância das escalas é um terreno de difícil caminho. Principalmente quando visualizamos a necessidade de considerar nossos estudos sob a perspectiva da transescalaridade/multiescalaridade, pois trata-se de um enorme desafio e que pretendemos desenvolver com mais profundidade

futuramente. Não é incomum encontrar análises que partem desse pressuposto e terminam se concretizando num processo monoescalar, apontando caminhos mais fáceis de serem desdobrados. Tentamos não cair nesse erro, esperamos tê-lo conseguido.

Decorre também da visão localista que as ONGs geralmente apresentam, uma fragilidade em reconhecer outras dimensões essenciais para a satisfação dos desejos das coletividades, que não somente a dimensão econômica. Acreditar que garantir ganhos materiais possa efetivamente trazer qualidade de vida é não dedicar importância alguma à cultura, ao modo de vida dessas coletividades. Até porque nem sempre suas carências estão ligadas essencialmente às perdas econômicas. Esse é outro ponto que provoca um empobrecimento e diminuição considerável das possibilidades de construção de projetos alternativos. É imprescindível que tenhamos uma visão multidimensional da realidade social, para que consigamos romper com as limitações que os projetos de desenvolvimento puramente econômicos têm apresentado.

Tendo aplainado o terreno com as considerações apresentadas, podemos seguir tentando esclarecer nossas questões iniciais. *Será que esses projetos de desenvolvimento, da maneira como costumam ser implementados, são capazes de atender as reais necessidades dessas coletividades.* Já podemos perceber que nossa primeira questão não apresentou como resultado uma promessa de futuro muito diversa do presente em que vivemos. Podemos dizer que o simples diagnóstico das necessidades e carências de uma coletividade e, a partir daí, a construção e implementação de projetos de desenvolvimento local que ignoram quase que completamente as relações com outras escalas de poder e outras dimensões da realidade social, não dá conta de uma transformação real da sua realidade. Uma possível saída para esse problema nos é oferecida por aqueles que defendem a participação popular como elemento transformador das relações sociais. Nos questionamos então se: *a participação da população no processo de aplicação dos projetos é capaz de dissolver as diferenças e concepções de desenvolvimento entre as ONGs e a coletividade atendida?*

Existe uma aura de excitação e contentamento em torno do termo “participação popular” que tem provocado a utilização deste para fins mais imagináveis possíveis. As ONGs são um exemplo, pois costumam recorrer à

defesa da ‘participação popular’ como forma de garantir que os indivíduos se sintam parte do projeto e que por isso mesmo, tenham seus desejos ouvidos e atendidos. Mas a história nos mostra que a realidade não é tão simples.

Consentir ou até mesmo incentivar a participação da população na construção dos projetos, não necessariamente significa ampliar o poder desses indivíduos na gestão de seu território. No caso das ONGs, o que geralmente acontece é o desenvolvimento de formas de abrandar os conflitos sociais uma vez que os indivíduos sentem fazer parte do processo, são envolvidos neste enredo e acreditam muitas vezes estar no comando das decisões, guiando os passos por onde cada projeto deve seguir. Não podemos afirmar que os atores por trás das ONGs tomem essa atitude deliberadamente como forma de manter o poder hegemônico ou de ampliar a ofensiva neoliberal, mas é inegável que os resultados geralmente levem a esse quadro.

Por outro lado, descartar o processo de participação totalmente não nos parece razoável. É através da participação que os indivíduos se constroem enquanto sujeitos, atingem maturidade política para argumentar e conquistar mais espaço e poder, que mais adiante pode auxiliar na tomada coletiva por projetos próprios. Mas para que essa participação seja um elemento diferenciador na relação com o poder hegemônico, é preciso ultrapassar algumas barreiras como a questão da cooptação dos movimentos e organizações para o desenvolvimento, as questões econômicas, da falta de acesso à informação e à formação política. Às ONGs poderiam cumprir esse papel de auxiliar na formação dos indivíduos e de incentivar sua organização.

Diante disso podemos entender a participação popular como *possibilidade* de diminuição das assimetrias de poder na sociedade, conferindo maior margem de manobra para construção de projetos alternativos ao modelo social vigente. E o espaço adquire status central nessa discussão uma vez que é através dele que contruímos nossas ações e a ele modificamos dando origem a novas significações. Considerar a necessidade da construção de territorialidades de resistência via participação popular se torna então imprescindível. Mas qualquer participação que busque o desenvolvimento de coletividades construída nos marcos de uma sociedade heterônoma apresenta limitações. Dessa forma, *como fazer para que essas coletividades consigam ter mais autonomia neste processo?*

Esse é finalmente o desafio que tomamos e ao qual procuramos contribuir. Acreditamos que algo precisa ser mudado para que a sociedade saia desse abismo que se abriu diante de seus pés e que deixou poucos caminhos para a satisfação dos desejos e sentimentos dos indivíduos e coletividades pelo mundo todo. Mas como fazê-lo? Não sabemos. Mas tentamos, como muitos autores vêm fazendo, dar alguns passos.

Se para os críticos do desenvolvimento como perspectiva de mudança parece óbvio que devemos buscar alternativas, esse caminho não parece de tão fácil entendimento para a maioria da população, que durante décadas teve sua liberdade e capacidade de criação cerceadas. Essa realidade nos impoem num primeiro momento que tenhamos a preocupação em extrapolar os muros da academia, levando às coletividades a compreensão dos limites de liberdade, de justiça e desenvolvimento social e espacial em uma sociedade heterônoma. Somente dessa forma podemos retirar a sociedade do “conformismo generalizado” e construir movimentos de resistencia e de contestação ao *status quo*. Uma organização coletivamente contruida para essa luta se torna importante uma vez que, lembrando Castoriadis, não há possibilidade de um indivíduo tornar-se autônomo numa sociedade heterônoma e que, portanto, a autonomia individual implica a existência de uma autonomia social. Alguns esforços já são visto nesse sentido, tendo expressoes de resistencia surgindo em todo o mundo e nem sempre saídos das universidade, mas muitas vezes das próprias classes dominadas que sentem na pele toda a exploração e adversidade.

Tendo empreendido esse movimento, surge entao a necessidade de lutar coletivamente para que as assimetrias de poder sejam postas abaixo, valorizando até mesmo pequenas conquistas, desde que estas representem algum ganho concreto de margem de manobra. E a política se mostra um dos caminhos para essa transformação, pois através dela é que podemos contituir o projeto da autonomia, mediante a reflexão lúcida dos indivíduos.

Reafirmamos, portanto, a necessidade de se compreender as relações nas quais as coletividades se criam e se reproduzem e entender que o desenvolvimento necessita ser apreendido para muito além da pura satisfação econômica, pois a dinâmica social na qual está inserido se encontra necessariamente permeado de um conjunto de outras relações, materiais e imateriais, de conflitos e de

racionalidades que caracterizam a complexidade social que vivemos. O desenvolvimento adquire então um status de transformação da sociedade, na qual possamos reproduzir os princípios da autonomia.

Outro ponto de fundamental importância para essa construção são as disputas de poder que tem sua expressão espacial a conformação de territórios. Se o poder hegemônico se apropria do espaço, domina as relações nele estabelecidas e conforma territórios heterônomos, para combatê-los é preciso se opor à esse poder. Precisamos, pois, buscar a construção de uma nova expressão espacial que permita a conquista de novos direitos e liberdades para o maior número possível de pessoas, facilitando a mobilidade, questionando e eliminando símbolos que induzam ao preconceito e extinguindo fronteiras e barreiras ilegitimamente excludentes.

O papel das ONGs neste processo precisa levar como premissa a liberdade e autonomia de cada coletividade quando da construção de seus projetos de desenvolvimento. Com isso, sua atuação precisa ser limitada à contribuição para uma discussão crítica e ao apoio técnico quando da escolha dos meios utilizados para a mudança social desejada. Cabe a cada coletividade conduzir de forma amplamente democrática os caminhos e os fins a que se destinam cada decisão, considerando para tal suas demandas, seus desejos e suas afetividades. Podemos dizer então que a partir desse momento teremos dado alguns passos importantes no caminho para os desenvolvimentos das coletividades, que possibilitarão mais adiante uma mudança estrutural na sociedade como um todo.

Estamos, portanto, diante de um desafio no qual não podemos apontar soluções prontas e fechadas. Não tivemos a pretensão – e nem poderíamos – de propor um novo modelo de desenvolvimento. Nosso objetivo era tão somente a tentativa de buscar caminhos possíveis para uma mudança no conteúdo do desenvolvimento, para um desenvolvimento libertador, como autodeterminação da sociedade e das relações que estabeleçam. Um desenvolvimento capaz de transformar o mundo em que vivemos para um outro no qual, apesar dos conflitos que certamente existirão, haja mais garantias de igualdade, justiça social e qualidade de vida. Acreditamos ser esse um caminho possível!